

## 6 Considerações Finais

Consideremos oportuno finalizar esta tese trazendo alguns marcos históricos do campo político do Rio de Janeiro no ano posterior a 1934, momento em que a autonomia do Distrito Federal foi aprovada, em Julho (MOTTA, 2001, p. 57).

Iniciamos o nosso trabalho conduzindo as análises para o contexto político da capital federal, na expectativa de localizar a conjuntura política que a cidade enfrentava com o debate entre os autonomistas e intervencionistas e, do mesmo modo, situar a Reforma de Anísio Teixeira na política de Pedro Ernesto. Nossa intenção foi mostrar o quanto o governo de Pedro Ernesto acabou beneficiando a criação de administrações públicas em âmbito municipal e, de modo consequente, favorecendo a reforma do sistema público de ensino de 1932 e, no ano seguinte, a criação do IPE.

Contudo, foi possível observar também que as mudanças impressas no instituto, ao longo da década de 1930, provinham de uma influência direta da política que marcava a esfera local. A saída do grupo de Anísio Teixeira da Secretaria da Educação do DF; a chegada de Lourenço Filho no IPE, como estratégia de salvaguardar o projeto político educacional dos signatários do Manifesto da Escola Nova; e as novas orientações de Everardo Backheuser, não foram analisadas de forma descontextualizada. Durante toda esta tese, buscou-se compreender como o IPE estruturou os seus trabalhos diante do delicado contexto da política local e da formação do governo centralizador de Getúlio Vargas.

De fato, ao bater de frente com o regime político autoritário que vinha sendo esboçado no período, o prefeito Pedro Ernesto acabou sendo preso em abril de 1936, sob a acusação de comunismo. O arranjo político na capital federal e o aumento de número de eleitores haviam fortalecido o prefeito, e uma possível candidatura para a eleição em âmbito nacional já estava sendo colocada em

debate<sup>1</sup>. Segundo Motta, dono de grande “cacife político, Pedro Ernesto contava se tornar o candidato mais forte à sucessão de Vargas” nas eleições seguintes<sup>2</sup>.

Após a saída de Pedro Ernesto da prefeitura da capital federal, em “inequívoca demonstração de força da igreja católica e dos setores mais conservadores” (LOPES, 2006, p. 196), assumiria no DF, como prefeito interventor, Olímpio de Melo, cônego de Bangu.

Nos primeiros meses de seu governo, o novo interventor, contava com o apoio de algumas lideranças políticas que faziam parte do partido Autonomista, mas que haviam rompido com o ex-prefeito, exercendo oposição no interior do partido. De acordo com Sarmiento (2001, p.215), a nova liderança encontrava-se em posição privilegiada para influir nos rumos do governo municipal e “buscar diminuir a possibilidade de atuação dos ‘sebastianistas’, grupos que se mantinham ainda leais à liderança de Pedro Ernesto”.

Ora, o contexto acima se tornava favorável para que as intuições em âmbito municipal fossem ocupadas por intelectuais em consonância com a proposta do governo do Rio de Janeiro, que, naquele momento, tinha como responsável uma figura do clero.

Para Sarmiento (2001), a nomeação de Olímpio de Melo para interventoria havia sido uma tentativa de se evitar a completa fragmentação da estrutura partidária então estabelecida. No entanto, a falta de habilidade política do prefeito interventor, incapaz de manter a negociação com o seu grupo de apoio, impunha ao governo Vargas a necessidade de “substituí-lo antes que o nível de fragmentação do campo atingisse níveis que viessem a inviabilizar qualquer tentativa que pudesse se contrapor à coesão ainda articulado em torno das plataformas de Pedro Ernesto” (SARMENTO, 2001, p.218).

Getúlio Vargas, em uma estratégia política, força a renúncia de Olímpio de Melo e para o seu lugar nomeia Henrique Dodsworth para interventor do DF, político em oposição aos antigos experimentos populares do período de Pedro Ernesto<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Motta (p.58) nos chama a atenção para o fato de que, “através de uma política de alistamento eleitoral, Pedro Ernesto conseguiu ampliar o contingente de votantes do DF, de 64 mil, em 1930, para 110 mil, quatro anos depois”.

<sup>2</sup> op. cit. 2001, p. 58

<sup>3</sup> id, p. 219.

Ainda de acordo com Sarmiento, a perspectiva de intervenção no DF se consolidava naquele período “como um novo padrão de articulação de um eixo possível de coesão, promovendo uma redefinição da estrutura de hierarquização de forças no interior do campo político”<sup>4</sup>. Com isso, Getúlio Vargas “viria a fazer da capital o principal cenário do teatro de poder do Estado Novo”<sup>5</sup>.

A política do governo era de centralização de poderes, algo que já vinha ocorrendo desde o início do governo provisório. O objetivo era organizar um novo modelo de Estado nacional, onde o controle dos processos de desenvolvimento econômico e modernização do país “se dava em detrimento da participação política e pelo enfraquecimento das esferas democráticas” (SARMENTO, 2001, p. 234).

Foi nesse contexto, no qual a política de intervenção no DF é retomada e a base política do governo torna-se mais centralizadora, que se tornou possível compreender a estratégia de enfraquecimento das ações do IPE, em 1939. Surgia no ano anterior um órgão em âmbito nacional, agora com maior condição de promover inquéritos, pesquisas e estudos sobre o problema do ensino no Brasil, o Inep.

Encerramos nosso trabalho reconhecendo que a experiência do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal foi inegavelmente central na Reforma de Anísio Teixeira, em 1932. De certo, foi possível também identificar a influência do valor histórico do IPE no processo de institucionalização das pesquisas na área de educação e, da mesma forma, ao menos até o ano de 1936, na formação de organismo que, associado à órgãos de administração pública, organizam o sistema de ensino intervindo de modo direto em suas ações.

Inegavelmente, entre os anos de 1936 a 1938, o IPE passou a fazer parte de um conjunto de estratégias de disseminação do escolanovismo católico ao compor as páginas da Revista Brasileira de Educação com os resultados de pesquisas. Torna-se pertinente que pesquisas futuras busquem analisar os aspectos filosóficos e políticos presentes nas orientações do experimentalismo científico elaborado por essa instituição no período em que Everardo Backheuser assumiu a direção.

---

<sup>4</sup> Id., p. 224.

<sup>5</sup> Id., p.230.

Por fim, chegamos ao final desta tese, mas não poderíamos considerar o encerramento de nossos escritos caso não fosse possível reportar à nossa trajetória de pesquisa. É preciso reconhecer as dificuldades enfrentadas durante a construção da História do IPE.

Aqui vale o testemunho de como chegamos ao IPE e de como ele se tornou um objeto de estudo. Nos primeiros tempos de construção do objeto, havíamos a intenção de desenvolver um estudo de abordagem histórica com a expectativa de analisar e compreender as práticas educativas de duas escolas experimentais que funcionaram no Rio de Janeiro, nos anos de 1930 e 1950, e que tiveram como sistema de ensino, o “método de projeto” formulado por William Kilpatrick, nos Estados Unidos, no início do século XX.

No entanto, ao buscar compreender o momento de criação das escolas experimentais da década de 1930, não foi possível localizar trabalhos que tratassem especificamente do órgão responsável pelas orientações dos experimentos pedagógicos que deveriam ser adotados naquelas escolas, o Instituto de Pesquisas Educacionais. Surge, nesse momento, o interesse por essa instituição e, por consequência, as dificuldades da pesquisa.

Localizamos apenas o trabalho de Almeida que, a partir dos decretos e de depoimento de funcionários que trabalharam no IPE em períodos mais recentes, conseguiu aproximar de algumas dimensões dessa instituição. A falta de documentos e relatos sobre o órgão foi a grande dificuldade encontrada no início da pesquisa. No entanto, isso se tornou um desafio que acabou possibilitando a ampliação do seu horizonte. Esse foi o princípio básico adotado para a construção do nosso objeto.

O foco deveria ser mudado, pois não era possível localizar no arquivo pessoal de Anísio Teixeira (CPDOC/FGV) fontes que poderiam enriquecer a pesquisa. E foi no improvável que localizamos o mais enriquecedor dessa construção: o Arquivo Pessoal de Lourenço Filho. Os percursos de análise sofreram constantes mudanças, uma vez que as fontes foram as que, de certo modo, ditaram os rumos de nossa pesquisa. Por intermédio da trajetória dos intelectuais que estiveram à frente dessa intuição, fomos compreendendo o caminho de pesquisa que deveríamos trilhar e, com isso, localizando as fontes e a História do IPE na década de 1930